



ANEXO A
CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. É objeto do presente contrato a prestação de serviços para a elaboração de estudo de sistema de transporte público em via dedicada, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

Cláusula 2.ª

Partes

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

Cláusula 3.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.
3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.



4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

Cláusula 5.ª

Prazo e plano de execução

1. O prazo de execução do contrato é de cinco meses, após assinatura do contrato.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo¹ ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

Cláusula 6.ª

Obrigações do adjudicatário

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;

¹ Quando aplicável



- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

Cláusula 7.ª

Subcontratação

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.

Cláusula 9.ª

Procedimentos para pagamento

1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.
2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.
4. O preço contratual será pago mediante constatação da efetiva prestação dos serviços e apresentação de documento na forma legal, consignando o seguinte faseamento:
 - i. Apresentação e análise prévia das opções exequíveis, objeto de estudo: 60%;
 - ii. Entrega do Relatório da análise das opções objeto de estudo: 40%.

**Cláusula 10.ª****Obrigações do contraente público**

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

Cláusula 11.ª**Modificações objetivas**

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

Cláusula 12.ª**Sanções contratuais**

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º com as devidas adaptações.
2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.
3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.

**Cláusula 13.ª****Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é dois anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

Cláusula 14.ª**Resolução do contrato**

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 15.ª**Revogação do contrato**

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

Cláusula 16.ª**Dever de sigilo**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



-
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
 5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 17.ª

Lei aplicável

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.

Cláusula 18.ª

Foro competente

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.



CLÁUSULAS ESPECIAIS DO CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 19.ª

Objetivo

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar para a aquisição de serviços com vista à elaboração de “Estudo de sistema de transporte público em via dedicada no concelho de Guimarães”, conforme Programa determinado no Anexo I.

Cláusula 20.ª

Local de prestação do serviço

Os serviços previstos na cláusula 1.ª compreendem o âmbito territorial do concelho de Guimarães, sem prejuízo das articulações intermunicipais ou inter-regionais inerentes, nos diferentes modos de transporte, rodoviário e ferroviário. Para o efeito deverão ser consideradas as interações com os concelhos limítrofes, particularmente com a futura linha de alta velocidade, com estação prevista para Braga.

Cláusula 21.ª

Relatórios

No decurso da prestação de serviços, os relatórios apresentados deverão compreender um original, uma cópia e o suporte digital inerente, designadamente das peças georreferenciadas em sistema compatível com a ou as aplicações utilizadas pelo Município, no âmbito da unidade de Sistemas de Informação Geográficas.

Cláusula 22.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos.



CAPÍTULO II

Obrigações

Cláusula 23.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário a obrigação de prestar serviços em conformidade com o descrito na cláusula 1.ª.
2. É da responsabilidade do prestador de serviços, designadamente, o recurso a todos os meios técnicos humanos, necessários e adequados à prestação dos serviços previstos nos números anteriores, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 24.ª

Preço base

O preço base do procedimento é de € 19.900,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

CAPÍTULO III

Critério de adjudicação e Resolução do Contrato

Cláusula 25.ª

Resolução por parte do Município de Guimarães

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Guimarães pode resolver o contrato, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, atraso na prestação dos serviços.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas.



ANEXO A1**Programa para a elaboração de Estudo de sistema de
transporte público em via dedicada no concelho de Guimarães****1. Local**

A elaboração do “Estudo de sistema de transporte público em via dedicada no concelho de Guimarães”, compreendem o âmbito territorial do concelho de Guimarães, sem prejuízo das articulações intermunicipais ou inter-regionais inerentes, nos diferentes modos de transporte, rodoviário e ferroviário. Para o efeito deverão ser consideradas as interações com os concelhos limítrofes, particularmente com a futura linha de alta velocidade, com estação prevista para Braga.

2. Enquadramento

O Conselho de Ministros, através da resolução n.º 107/2019, aprovou o “Roteiro para a Neutralidade Carbónica” – Decreto-Lei nº 85/2019, de 1 de julho, estabelecendo entre os principais vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, “Dinamizar a participação das cidades e das administrações locais na descarbonização, estimulando uma abordagem integrada aos seus diferentes vetores, em particular mobilidade, edifícios, serviços e gestão de resíduos, e potenciando o papel que têm vindo a desempenhar na mitigação das alterações climáticas”.

O Município de Guimarães tem acentuado nas diversas vertentes estratégicas perseguidas a sustentabilidade ambiental, não constituindo a mobilidade como exceção a esta política. O caminho da descarbonização do setor da mobilidade e transportes encontra-se patente em diversas medidas e ações concretizadas pelo Município, sendo a mais relevante a imposição na concessão da exploração do transporte público de passageiros rodoviário de índole municipal, uma relevante componente de veículos/autocarros elétricos no desempenho da oferta urbana.

Apesar da colocação do sistema de transporte público em via dedicada na agenda política municipal, a inscrição de verbas no Plano Nacional de Investimentos 2020/2030 / Plano de Recuperação e Resiliência para sistemas de transporte coletivo de passageiros de alta capacidade ou de capacidade elevada e eficiência em Cidades médias constituiu um forte impulso na perseguição deste objetivo traçado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães.

3. Objetivo

A redução do transporte individual através da garantia de oferta de transporte coletivo regular, fiável nos tempos de deslocação, expedito, comodo e descarbonizado, deverão constituir uma premissa base deste processo, por forma a reduzir o tráfego nos principais eixos viários do concelho, designadamente na N101, N105 e N206, nos tramos compreendidos entre Guimarães e as Vilas das Taipas, Lordelo e Ronfe,



respetivamente, sem prejuízo dos aglomerados atravessados pelas referidas estradas (Fermentões, Ponte, Nespereira, Conde, Moreira de Cónegos, Silvaes e Brito).

Considerando a abrangência das competências atribuídas às Autoridades de Transportes pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP), o estudo preconizado compreenderá designadamente as áreas de planeamento e organização de operação de sistema de transporte público em via dedicada, designadamente da exequibilidade das opções.

Entende-se como exequíveis as opções que, tendencialmente, mantém a proximidade do atual universo de utentes do serviço público de transporte de passageiros, evidenciando a atratividade que se pretende garantir, designadamente dos utilizadores do transporte individual, não descurando o crescimento urbanístico, enquanto elemento indutor de compacidade urbana, infletindo o atual modelo caracterizado pela dispersão.

O estudo deverá ainda consignar as opções para uma ligação supramunicipal a Braga, visando a conexão à linha de alta velocidade Porto – Vigo.

4. Metodologia e ações a desenvolver no âmbito do presente procedimento

A prestação de serviços visará diversos estágios obrigatórios à determinação de um sistema de transporte público em via dedicada que conduza à redução da dependência de transporte individual nos acessos ao centro urbano e descarbonização, desenvolvidos em baixo. A adoção deste princípio permitirá não só o estabelecimento de um cronograma objetivo, como a associação inerente às condições de pagamento, sendo claro que qualquer das fases compreende um alargado conjunto de trabalhos, cuja mensuração nem sempre se afigura óbvia.

4.1. Apresentação e análise prévia das opções exequíveis, objeto de estudo

Apresentação e análise das opções exequíveis junto do executivo municipal e outros representantes por este identificados, compreendendo a sua avaliação prévia na redução do tráfego nos principais eixos viários do concelho, designadamente na N101, N105 e N206, nos tramos compreendidos entre Guimarães e as Vilas das Taipas, Lordelo e Ronfe, respetivamente, sem prejuízo dos aglomerados atravessados pelas referidas estradas (Fermentões, Ponte, Nespereira, Conde, Moreira de Cónegos, Silvaes e Brito), idealmente através de via dedicada. Nos casos em que tal não se revele exequível – inexistência de infraestrutura ou constrangimentos intransponíveis no acesso à mesma, deverão ser considerada a possibilidade de infraestrutura existente, em regime de partilha.

Este processo não deverá descurar a atual infraestrutura ferroviária, Porto – Guimarães, atualmente com níveis de serviço desadequado, designadamente no tempo de viagem nas ligações à AMP – Área Metropolitana do Porto, e outras cidades a norte desta, algumas das quais integrantes do Quadrilátero Urbano, quer na frequência. Regista contudo um acentuado potencial entre Guimarães e Vila das Aves,



cerca de 23/24min, ou mesmo a Santo Tirso/Lousado, e com um aliciente tempo de deslocação entre Guimarães e Vizela (10min), passando pelas estações de Covas e Nespereira.

A análise deverá compreender ainda as opções veiculadas pelo Município (DDT) e Universidade do Minho, bem como o benefício de outras redes de mobilidade, designadamente dos modos ativos (pedonal e ciclável).

A avaliação das opções a determinar no presente estudo, identificando a sua implantação e tipologia de serviço para cada eixo de ligação, as restrições e impacto, bem os fatores de sucesso ou fracasso associados, poderão determinar a realização de trabalhos complementares, necessários e imprescindíveis à eventual tomada de decisão política, através de procedimentos distintos do presente.

4.2. Entrega do Relatório da análise das opções objeto de estudo

Relatório escrito, original, cópia e em suporte digital, caracterizador das opções consideradas, incluindo modelo comparativo entre os mesmos e a sua georreferenciação, integrando as respetivas análises críticas e determinação política no seu desenvolvimento, incluindo os contributos relevantes que resultem da apresentação e discussão do estudo, na definição estratégica da ou das soluções técnicas desenvolvidas para a viabilização de um sistema de transporte público em via dedicada no concelho de Guimarães.